



# **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCOCHETE**

**Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2021**

**Índice**

Balço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Valências	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Activos Fixos Tangíveis	16
6. Custos de Empréstimos Obtidos	19
7. Inventários	19
8. Rédito	20
9. Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	20
10. Benefícios dos empregados	21
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
12. Outras Informações	21
12.1. Investimentos Financeiros	21
12.2. Clientes e Utentes	22
12.3. Outras contas a receber	22
12.4. Diferimentos	22
12.5. Adiantamento a Fornecedores	22
12.6. Caixa e Depósitos Bancários	23
12.7. Fundos Patrimoniais	23
12.8. Fornecedores	23
12.9. Estado e Outros Entes Públicos	23
12.10. Outras Contas a Pagar	23
12.11. Subsídios, doações e legados à exploração	24
12.12. Fornecimentos e serviços externos	24
12.13. Outros rendimentos e ganhos	24
12.14. Outros gastos e perdas	25

12.15. Resultados Financeiros .....	25
12.16. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	25
12.17. Acontecimentos após data de Balanço .....	26

## Balanco

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1.526.314,66	1.335.224,80
Propriedades de investimento	5	115.347,70	115.347,70
Outros activos financeiros	12.1	10.860,00	7.910,87
		1.652.522,36	1.458.483,37
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	11.329,15	9.856,87
Clientes	12.2	9.106,59	9.754,36
Adiantamentos a fornecedores	12.5	0,00	319,80
Outras contas a receber	12.3	75,77	0,00
Diferimentos	12.4	11.896,66	7.597,09
Caixa e depósitos bancários	12.6	47.632,73	77.734,70
		80.040,90	105.262,82
<b>Total do activo</b>		1.732.563,26	1.563.746,19
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Fundos	12.7	172.154,61	172.154,61
Resultados transitados	12.7	488.330,92	558.266,56
Outras variações no fundos patrimoniais	12.7	578.018,11	493.404,01
		1.238.503,64	1.223.825,18
Resultado líquido do período		-36.008,75	-69.935,64
<b>Total do capital próprio</b>		1.202.494,89	1.153.889,54
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	204.778,80	166.166,86
		204.778,80	166.166,86
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.8	117.968,92	49.662,07
Estado e outros entes públicos	12.9	43.210,86	43.519,41
Financiamentos obtidos	6	27.692,33	14.222,99
Outras contas a pagar	12.10	134.898,68	134.766,54
Diferimentos	12.5	1.518,78	1.518,78
		325.289,57	243.689,79
<b>Total do passivo</b>		530.068,37	409.856,65
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		1.732.563,26	1.563.746,19

A Presidente:

Maria Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

O Tesoureiro:

João Manuel António Figueira

CC: Maria Helena Leite

### Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	8	640.064,53	624.810,71
Subsídios à exploração	8 ; 9 ; 12.11	797.968,64	711.119,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-274.421,29	-232.988,19
Fornecimentos e serviços externos	12.12	-159.080,73	-141.550,97
Gastos com o pessoal	10	-1.076.881,88	-1.094.866,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.16	-3.328,12	-11.286,77
Outros rendimentos e ganhos	8; 12.13	85.773,18	117.708,27
Outros gastos e perdas	12.14	-15.286,38	-1.103,96
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-5.192,05</b>	<b>-28.158,01</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-29.532,72	-40.333,62
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-34.724,77</b>	<b>-68.491,63</b>
Juros e gastos similares suportados	6; 12.15	-1.283,98	-1.444,01
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-36.008,75</b>	<b>-69.935,64</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-36.008,75</b>	<b>-69.935,64</b>

A Produzora: *Isaia Manuela de Oliveira Delgado Bozêiro*

O Tesoureiro: *José Manuel Cristóvão Nunes*

CC: *Maria Helena Rêgo*

## Demonstração dos Resultados por Valências

RENDIMENTOS E GASTOS	901	902	903	904	PERÍODOS	
	LAR	APOIO DOMICILIÁRIO	CENTRO DE DIA	CANTINA SOCIAL	31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	562.337,37	68.259,79	9.309,12	158,25	640.064,53	624.810,71
Subsídios à exploração	572.698,42	161.378,54	22.458,09	41.433,59	797.968,64	711.119,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-171.845,45	-50.068,27	-6.570,36	-45.937,21	-274.421,29	-232.988,19
Fornecimentos e serviços externos	-122.530,76	-24.073,64	-6.983,48	-5.492,85	-159.080,73	-141.550,97
Gastos com o pessoal	-908.988,07	-132.115,90	-23.649,51	-12.128,40	-1.076.881,88	-1.094.866,64
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3.328,12				-3.328,12	-11.286,77
Outros rendimentos e ganhos	70.220,46	11.130,32	1.411,86	3.010,54	85.773,18	117.708,27
Outros gastos e perdas	-14.125,11	-696,87	-232,20	-232,20	-15.286,38	-1.103,96
					0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-15.561,26	33.813,97	-4.256,48	-19.188,28	-5.192,05	-28.158,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-22.149,53	-4.429,91	-1.476,64	-1.476,64	-29.532,72	-40.333,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-37.710,79	29.384,06	-5.733,12	-20.664,92	-34.724,77	-68.491,63
Juros e gastos similares suportados	-962,98	-192,60	-64,20	-64,20	-1.283,98	-1.444,01
Resultado antes de impostos	-38.673,77	29.191,46	-5.797,32	-20.729,12	-36.008,75	-69.935,64
Imposto sobre o rendimento do período						
Resultado líquido do período	-38.673,77	29.191,46	-5.797,32	-20.729,12	-36.008,75	-69.935,64

A Presidente: Maria Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

O Tesoureiro: João Manuel Cristóvão Figueiredo

CC: Maria Helena Duha

**Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios**

		Fundos patrimoniais atribuídos aos titulares da entidade - mil								(Valores em €)		
		Fundos	Excedentes	Reservas	Resultados	Reservas	Excedentes	Outras	Resultado período	Total	Interesses	Total de Fundos
			Técnicos		Transitados	Legais	de revalorização	variações nos fundos patrimoniais			minoritários	Patrimoniais
1 -	Posição no início do período em 2020	172 154,61	0,00	0,00	511 985,38	0,00	0,00	581 404,01	-51 118,82	1 214 425,18	0,00	1 214 425,18
Alterações no período												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Reação do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					46 281,18			-88 000,00	51 118,82	9 400,00		9 400,00
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras Alterações Reconhecidas no Fundos Próprios												
2	Resultado Líquido de Período	0,00	0,00	0,00	46 281,18	0,00	0,00	-88 000,00	51 118,82	9 400,00	0,00	9 400,00
3	Resultado Extensivo								-69 935,64	-69 935,64		-69 935,64
4 = 2 + 3										-60 535,64	0,00	-60 535,64
Operações com detentores de capital no período												
Fundos												
Subsídios, doações e legado												
Outras operações												
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 -	Posição no fim do período 2020	172 154,61	0,00	0,00	558 266,56	0,00	0,00	493 404,01	-69 935,64	1 153 889,54	0,00	1 153 889,54

A Presidente: Maria Manuela de Oliveira Delgado Boiêco

O Tesoureiro: João Manuel Cristino Furtado

CC: Maria Helena Fuho

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

		Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade - mil									(Valores em €)	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas Legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado período	Total	Incréscos estatutários	Total dos Fundos Patrimoniais
1	1 - Posição no início do período em 2021	172.154,61	0,00	0,00	538.266,56	0,00	0,00	493.404,01	-69.935,64	1.153.859,54	0,00	1.153.859,54
	Alterações no período											
	Primeira adaptação de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Operações de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização da conversão de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas transferências											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras Alterações Reconhecidas nos Fundos Próprios				-69.935,64			84.614,10	69.935,64	84.614,10		84.614,10
	Resultado Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	-69.935,64	0,00	0,00	84.614,10	69.935,64	84.614,10	0,00	84.614,10
	Resultado Extensivo								-36.008,75	-36.008,75		-36.008,75
	Operações com detentores de capital no período											
	Fundos											
	Subsídios, doações e legados											
	Outras operações											
	6 - Posição no fim do período 2021	172.154,61	0,00	0,00	468.330,92	0,00	0,00	578.018,11	-36.008,75	1.202.494,89	0,00	1.202.494,89

A Presidente: Maria Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

O Tesoureiro: José Manuel Cristina Ferreira

CC: Luísa Hebece Pires

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercícios	
	2021	2020
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	718.684,52	624.810,71
Pagamentos a fornecedores	-530.994,48	-374.539,16
Pagamentos ao pessoal	-1.076.881,88	-1.094.866,64
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>-889.191,84</b>	<b>-844.595,09</b>
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento		
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais	720.878,47	724.239,70
<b>Fluxo de actividades operacionais [1]</b>	<b>-168.313,37</b>	<b>-120.355,39</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	87.414,10	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		-6.119,97
<b>Fluxo actividades de Investimento [2]</b>	<b>87.414,10</b>	<b>-6.119,97</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	74.024,86	100.371,74
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-21.943,58	
Juros e gastos similares	-1.283,98	-1.444,01
<b>Fluxo actividades de Financiamento [3]</b>	<b>50.797,30</b>	<b>98.927,73</b>
<b>Varições de caixa e seus equivalentes [4]</b>	<b>-30.101,97</b>	<b>-27.547,63</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes - Início do período</b>	<b>77.734,70</b>	<b>105.282,33</b>
<b>Caixa e seus equivalentes - fim do período</b>	<b>47.632,73</b>	<b>77.734,70</b>

A Provedora: Tereza Manuela de Oliveira Delgado Boieiro

O Tesoureiro: João Manuel Martins Figueira

CC: Maria Helena Bulho

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ALCOCHETE” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social registada em 23/07/2002 no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, a fls. 105 e 105 verso sob o nº 1/2003, sendo considerada pessoa coletiva de utilidade de utilidade pública nos termos do art.º 1º, nº 1 do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-lei nº 119/83, de 25 de fevereiro.

Anteriormente a instituição era qualificada como pessoa coletiva de utilidade pública administrativa, por se encontrar abrangida pelos artigos, 416º e 417º do Código Administrativo.

A Santa Casa da Misericórdia de Alcochete prossegue as atividades de Apoio Domiciliário desde 1995, Centro de dia desde 1995 e Lar de Idosos desde 1982.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos” .

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 7 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “*Aumentos/reduções de justo valor*”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “*Varição de valor das propriedades de investimento*”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento

#### 3.2.4. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

#### 3.2.5. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

#### 3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.8. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Activos Fixos Tangíveis

##### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Activos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Descrição
Igreja da Misericórdia
Igreja da Senhora da Vida
Quadros " Os 14 Passos da Paixão de Cristo"

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Igreja da Misericórdia	1.433,05					1.433,05
Igreja da Senhora da Vida	4.862,33					4.862,33
Quadros " Os 14 Passos da Paixão de Cristo"	7.722,30					7.722,30
<b>Total</b>	<b>14.017,68</b>					<b>14.017,68</b>

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Dotações / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2020
<b>Activos Tangíveis</b>						
Terrenos e recursos Naturais	320 798,35					320 798,35
Edifícios e outras construções	1 038 195,13					1 038 195,13
Equipamento básico	314 136,32					314 136,32
Equipamento transporte	118 947,73		-24,94			118 922,79
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	37 922,65					37 922,65
Outros activos tangíveis	21 023,41					21 023,41
Investimentos em curso	0,00	119 788,63				119 788,63
<b>Total</b>	<b>1 851 023,59</b>	<b>119 788,63</b>	<b>-24,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 970 787,28</b>
<b>Deprecações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos Naturais						
Edifícios e outras construções	-154 701,78	-20 763,90				-175 465,68
Equipamento básico	-294 761,08	-7 728,98				-302 490,06
Equipamento transporte	-108 147,73	-10 800,00	24,94			-118 922,79
Equipamento biológico	0,00					
Equipamento administrativo	-37 922,65					-37 922,65
Outros activos tangíveis	-13 738,24	-1 040,74				-14 778,98
<b>Total</b>	<b>-609 271,48</b>	<b>-40 333,62</b>	<b>24,94</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-649 580,16</b>
<b>Activos Tangíveis Líquido</b>	<b>1 241 752,11</b>	<b>79 455,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 321 207,12</b>

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
<b>Activos Tangíveis</b>						
Terrenos e recursos Naturais	320.798,35					320.798,35
Edifícios e outras construções	1.038.195,13					1.038.195,13
Equipamento básico	314.136,32					314.136,32
Equipamento transporte	118.922,79					118.922,79
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	37.922,65					37.922,65
Outros activos tangíveis	21.023,41					21.023,41
Investimentos em curso	119.788,63	220.622,58				340.411,21
<b>Total</b>	<b>1.970.787,28</b>	<b>220.622,58</b>				<b>2.191.409,86</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos Naturais						
Edifícios e outras construções	-175.465,68	-20.763,00				-196.228,68
Equipamento básico	-302.490,06	-7.728,98				-310.219,04
Equipamento transporte	-118.922,79	0,00				-118.922,79
Equipamento biológico	0,00					
Equipamento administrativo	-37.922,65					-37.922,65
Outros activos tangíveis	-14.778,98	-1.040,74				-15.819,72
<b>Total</b>	<b>-649.580,16</b>	<b>-29.532,72</b>				<b>-679.112,88</b>
Activos Tangível Líquido	1.321.207,12	191.089,86				1.512.296,98

### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2020 e 2021, foram os seguintes:

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo Valor	Saldo em 31/12/2020
<b>Propriedade de investimento</b>						
Propriedade rústica	14 222,88					14 222,88
Viveiros	101 124,82					101 124,82
Hospital	15 885,77					15 885,77
Habitações	30 320,14					30 320,14
Monte da Bela Vista	50 657,14					50 657,14
<b>Total</b>	<b>212 210,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>212 210,75</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Hospital	-15 885,77					-15 885,77
Habitações	-30 320,14					-30 320,14
Monte da Bela Vista	-50 657,14					-50 657,14
<b>Total</b>	<b>-96 863,05</b>					<b>-96 863,05</b>
Activos Líquido	115 347,70	0,00	0,00	0,00	0,00	115 347,70

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31/12/2021
<b>Propriedade de Investimento</b>						
Propriedade rústica	14.222,88					14.222,88
Viveiros	101.124,82					101.124,82
Hospital	15.885,77					15.885,77
Habitacões	30.320,14					30.320,14
Monte da Bela Vista	50.657,14					50.657,14
<b>Total</b>	<b>212.210,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>212.210,75</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Hospital	-15.885,77					-15.885,77
Habitacões	-30.320,14					-30.320,14
Monte da Bela Vista	-50.657,14					-50.657,14
<b>Total</b>	<b>-96.863,05</b>					<b>-96.863,05</b>
Activos Líquido	115.347,70	0,00	0,00	0,00	0,00	115.347,70

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos Bancários	27.692,33	204.778,80	232.471,13	14.222,99	166.166,86	180.389,85
<b>Total</b>	<b>27.692,33</b>	<b>204.778,80</b>	<b>232.471,13</b>	<b>14.222,99</b>	<b>166.166,86</b>	<b>180.389,85</b>

Em 31 de Dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	21.943,58	1.266,80	23.210,38	20.156,26	1.443,11	21.599,37
<b>Total</b>	<b>21.943,58</b>	<b>1.266,80</b>	<b>23.210,38</b>	<b>20.156,26</b>	<b>1.443,11</b>	<b>21.599,37</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Quantias de Inventários reconhecidas como gastos durante o período			31.12.2021			31.12.2020			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	+		9.856,87	9.856,87		7.007,82	7.007,82	
	Compras	Compras	+		200.364,91	200.364,91		206.054,70	206.054,70
		Devoluções de compras	-		(183,88)	(183,88)		(165,00)	(165,00)
		Descontos e abatimentos em compras	-		(1.377,63)	(1.377,63)		(1.247,69)	(1.247,69)
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-		77.090,17	77.090,17		31.195,23	31.195,23
		Outros ganhos	+			0,00			0,00
	Inventários no fim do período	-		11.329,15	11.329,15		9.856,87	9.856,87	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=		<b>274.421,29</b>	<b>274.421,29</b>		<b>232.988,19</b>	<b>232.988,19</b>	

## 8. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas		
Prestação de Serviços	640.064,53	624.810,71
Quotas dos utilizadores	639.299,53	624.151,95
Quotas e Joias	765,00	638,76
Serviços Secundários	-	20,00
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	797.968,64	711.119,54
Subsídios do Estado e Outras Entidades	702.028,97	649.529,56
Legados	95.939,67	61.589,98
Outros Rendimentos e Ganhos	85.773,18	117.708,27
Descontos de Pronto Pagamentos Obtidos	120,80	153,69
Ganhos em Inventários	25.270,63	20.781,46
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	53.349,36	89.607,66
Outros	7.032,39	7.165,46
<b>Total</b>	<b>1.523.806,35</b>	<b>1.453.638,52</b>

## 9. Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos		
CRSSLVT	670.574,03	629.880,33
ISS - Setúbal	7.687,36	
IEFP	13.008,58	5.991,23
Autarquias	3.858,00	6.858,00
Freguesia de Alcochete	6.901,00	6.800,00
<b>Total</b>	<b>702.028,97</b>	<b>649.529,56</b>

## 10. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos / sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 85.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	886.332,38	886.058,12
Encargos Sobre Remunerações	178.426,81	178.671,39
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.167,70	29.391,38
Outros Gastos com o Pessoal	954,99	745,75
<b>Total</b>	<b>1.076.881,88</b>	<b>1.094.866,64</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros" referente aos Fundos de Compensação.

Descrição	2021	2020
<b>Investimento - outros</b>		
Outros métodos	10.860,00	7.910,87
Perdas por imparidade acumuladas		
<b>Total</b>	<b>10.860,00</b>	<b>7.910,87</b>

### 12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>9.106,59</b>	<b>9.754,36</b>
Clientes	-	-
Utentes	9.106,59	9.754,36
<b>Clientes e Utentes títulos cobrança duvidosa</b>	<b>25.901,66</b>	<b>22.573,54</b>
Clientes	3.607,48	3.607,48
Utentes	22.294,18	18.966,06
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>-25.901,66</b>	<b>-22.573,54</b>
<b>Total</b>	<b>9.106,59</b>	<b>9.754,36</b>

### 12.3. Outras contas a receber

Não aplicável

### 12.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>11.896,66</b>	<b>7.597,09</b>
Seguros	11.896,66	2.169,44
		5.427,65
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>1.518,78</b>	<b>1.518,78</b>
Rendas	1.518,78	1.518,78

### 12.5. Adiantamento a Fornecedores

A Entidade registava, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Adiantamento a fornecedores	-	319,80
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>319,80</b>

### 12.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	1.217,06	2.936,46
Depósitos à Ordem	46.415,67	74.798,24
<b>Total</b>	<b>47.632,73</b>	<b>77.734,70</b>

### 12.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	172.154,61			172.154,61
Resultados transitados	558.266,56		69.935,64	488.330,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	493.404,01	87.414,10	2.800,00	578.018,11
<b>Total</b>	<b>1.223.825,18</b>	<b>87.414,10</b>	<b>72.735,64</b>	<b>1.238.503,64</b>

### 12.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	117.968,92	49.662,07
<b>Total</b>	<b>117.968,92</b>	<b>49.662,07</b>

### 12.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	5.296,25	5.467,67
Segurança Social	37.643,71	37.915,50
Outras impostos e taxas	270,90	136,24
<b>Total</b>	<b>43.210,86</b>	<b>43.519,41</b>

### 12.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		1.701,99		830,73
Credores por acréscimos de gastos		133.120,92		133.935,81
<b>Total</b>	-	<b>134.822,91</b>	-	<b>134.766,54</b>

### 12.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	702.028,97	649.529,56
Legados	95.939,67	61.589,98
<b>Total</b>	<b>797.968,64</b>	<b>711.119,54</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 12.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 foram as seguintes:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	66.647,88	62.842,17
Materiais	6.000,92	8.453,91
Energia e fluidos	70.128,32	60.363,37
Deslocações, estadas e transportes	2.956,32	1.157,99
Serviços diversos	13.347,29	8.733,53
<b>Total</b>	<b>159.080,73</b>	<b>141.550,97</b>

### 12.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	120,80	153,69
Ganhos em inventários	25.270,63	20.781,46
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	53.349,36	89.607,66
Outros		
Correcções de períodos anteriores	1.417,98	
Imputação de subsídios para investimentos	2.800,00	5.600,00
Ganhos em outros instrumentos financeiros	40,04	40,04
Outros	2.774,37	1.525,42
<b>Total</b>	<b>85.773,18</b>	<b>117.708,27</b>

#### 12.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	29,86	32,00
Outros		
Correcções de anos anteriores	14.596,44	441,96
Donativos		
Quotizações	660,00	630,00
Outros - Multas não fiscais	0,08	
<b>Total</b>	<b>15.286,38</b>	<b>1.103,96</b>

#### 12.15. Resultados Financeiros

Descrição	2021	2020
Juros suportados		
Juros de financ.obtidos - Empréstimos bancários	1.266,80	1.443,11
Juros de mora e compensatórios	17,18	0,90
<b>Total</b>	<b>1.283,98</b>	<b>1.444,01</b>

#### 12.16. Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Descrição	2021	2020
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Clientes / Utentes	3.328,12	11.286,77
<b>Total</b>	<b>3.328,12</b>	<b>11.286,77</b>

**12.17. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Alcochete de 21 de março de 2022

TOC nº 56235

